

PRONERA E O PRONACAMPO: NOTAS PRELIMINARES.

Autor: Danilo Gomes Jardim

Resumo

A violência e a expropriação são marcas da luta pela terra no Brasil. O modelo mercantilista implantado pela colonização portuguesa estabeleceu a função econômica da terra na colônia, e aos poucos ocorreu a formação do latifúndio monocultor, o que dificultaria o acesso à terra, iniciando assim os primeiros conflitos de resistência iniciados pelas primeiras vítimas, os indígenas. Com o tempo outros movimentos de resistências e enfrentamentos surgiram, e em diferentes momentos históricos reivindicavam a democratização da posse da terra. Foram os casos de Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Cangaço (final do século XIX e início do XX) e as Ligas Camponesas (1950-1960) (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2001). Nas últimas décadas do século XX surgiu o principal movimento da luta pela terra da atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que além da luta pela reforma agrária, passou a reivindicar o direito à educação, como forma de democratizar o conhecimento para garantir a permanência do homem no campo (CALDART, 2008). Tendo em vista a importância desses movimentos na luta pela terra, o objetivo deste trabalho é analisar o movimento “Por uma educação do Campo” que visa entender o papel e o alcance de duas políticas públicas desenvolvidas para os assentados rurais: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Para tanto foi empreendida uma análise das legislações que regulamentam os dois programas, entre elas, o Decreto Nº 7.352/2010, a Portaria nº 86/2012 e o Manual de Operações do Pronera (2014), juntamente com uma revisão bibliográfica visando buscar um aprofundamento nas pesquisas até então existentes. Os movimentos sociais da luta pela terra consideram o PRONERA uma grande conquista, pois viram no programa a oportunidade da participação direta de membros dos movimentos na montagem de um modelo educacional voltado para o homem do campo. O PRONACAMPO é definido pelo próprio governo como um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a produção de material didático específico, a formação de professores, o acesso às escolas e a recuperação da infraestrutura e qualidade da educação do campo. Em relação ao PRONERA vários debates ocorrem sobre o programa, visando analisar os pontos positivos e negativos da política pública, tendo em vista zelar pelo movimento “Por uma educação do campo”. Já o PRONACAMPO se tornou alvo de críticas, por parte dos movimentos sociais, pois o programa oferece cursos técnicos no campo, visando a inserção no mercado (FONEC, 2012). Com o relançamento do capital financeiro na agricultura ocorreu uma aliança entre o grande capital e a grande propriedade fundiária, sob a tutela de políticas públicas (DELGADO, 2012). Além disso, os movimentos sociais entendem que existe uma forte tendência ao retorno da “educação rural” ao cenário educacional brasileiro, que seria influenciada pelas fortes demandas de reprodução do capital do campo, que visavam inserir o país no mercado mundial, tendo em vista a função histórica e estratégica do agronegócio dentro do capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Educação do campo; Políticas públicas.